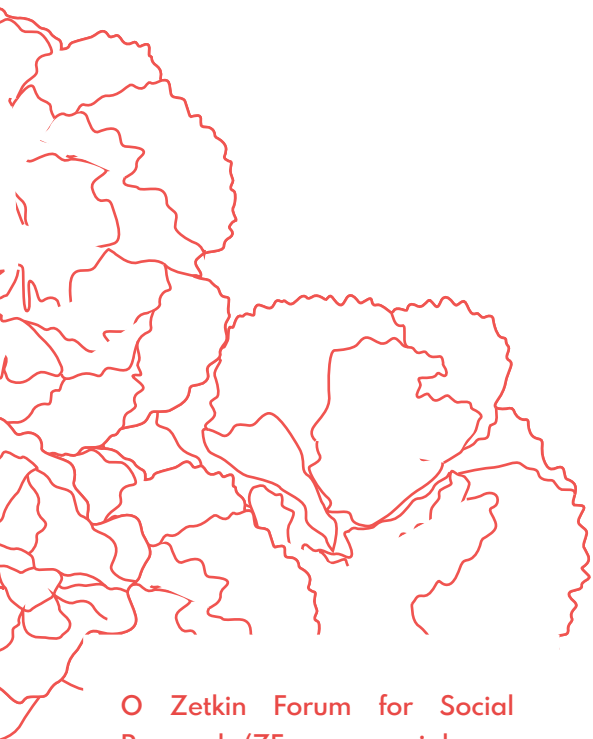


O DESPERTAR DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

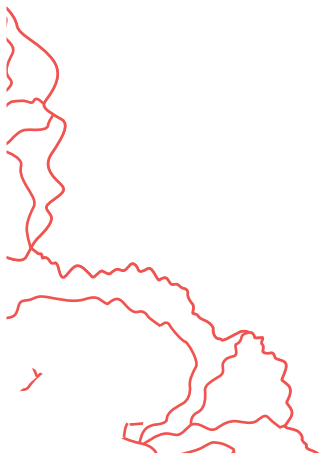
*Libertação Nacional
e Solidariedade Socialista
em Africa*





O Zetkin Forum for Social Research (ZF, por sua sigla em inglês) segue a tradição de Clara e Maxim Zetkin em prol do internacionalismo, do progresso social, da investigação científica rigorosa e do antifascismo.

O IF DDR é seu instituto de pesquisa com sede em Berlim.



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 04

PORTUGAL EM 1974

Relembrando a Revolução dos Cravos 50 anos depois 05

AS ARMAS DA ALEMANHA ORIENTAL NA LUTA CONTRA AS FORÇAS FASCISTAS PORTUGUESAS

Como a RDA apoiou militarmente a guerra de libertação
moçambicana 13

ENTREVISTA

Como a luta anti-colonial da Guiné-Bissau influenciou a
Revolução dos Cravos 30

O DESPERTAR DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: LIBERTAÇÃO NACIONAL E SOLIDARIEDADE SOCIALISTA EM ÁFRICA

Em 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos pôs fim a uma ditadura militar de quase 50 anos em Portugal. Uma das consequências mais importantes foi a retirada das tropas portuguesas do país europeu em África, e a subsequente fundação de novos Estados soberanos, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. No entanto, um aspeto que raramente é explorado nos relatos históricos desse processo revolucionário é o papel desempenhado pelos movimentos de libertação nacional em África no enfraquecimento do fascismo português e na criação das condições para que militares progressistas pudessem derubar o regime do Estado Novo. Hoje em dia, também se esquece com frequência que, enquanto o Ocidente capitalista apoiava o colonialismo português financeira e belicamente, os países socialistas do Leste equipavam e treinavam combatentes que lutavam pela libertação em África.

Este dossiê propõe reflexões sobre a Revolução dos Cravos a partir de três perspectivas diferentes: um testemunho ocular da conjuntura política em Portugal durante e após a Revolução; uma análise da forma como os Estados socialistas apoiaram a luta armada da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique; e uma entrevista com um membro histórico do Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cuja forma de enfrentamento ao colonialismo português se concretizou através da educação e da formação profissional na Alemanha Oriental socialista.

PORTUGAL EM 1974: RELEMBRANDO A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS 50 ANOS DEPOIS

John Green, 25 abril de 2024



1º de Maio em Lisboa, 1974 (Foto: John Green).

John Green formou-se em Cinema e Câmara na República Democrática Alemã (RDA) durante a década de 1960. Regressou ao seu país de origem, o Reino Unido, em 1968 e começou a trabalhar para a televisão da Alemanha socialista como correspondente estrangeiro. Green e seus/suas colegas faziam parte do que ficou conhecido como o “Gruppe Katins” na televisão da RDA, uma equipa de correspondentes dirigida pela Dra. Sabine Katins, uma conceituada produtora da Alemanha Oriental. Durante vários anos, após a Revolução dos Cravos de 1974, cobriram os acontecimentos em Portugal, havendo produzido 10 documentários no total. Além disso, faziam reportagens regulares sobre as lutas de libertação em Moçambique, Angola, Zimbabué, Namíbia e África do Sul.

Na manhã de 25 de abril de 1974, o mundo foi surpreendido com a notícia de que a mais antiga ditadura da Europa – em Portugal – havia sido derrubada. Eu e meu colega, na qualidade de repórteres da televisão da RDA, fomos enviados para cobrir o desenrolar dos acontecimentos.

Aterrámos no aeroporto de Lisboa na manhã do dia 27, tirámos imediatamente a nossa câmara e começámos a filmar. A partir daí, só a pousávamos novamente quando nos deitávamos ao fim da tarde. Já no aeroporto, o ambiente era de intensidade: grandes grupos de pessoas esperavam a chegada de entes queridos, muitos dos quais tinham sido exilados durante anos pela ditadura. Abraços, gargalhadas e lágrimas de alegria eram uma constante.

O centro de Lisboa estava coberto de flores e de aglomerados exultantes em cada esquina. Soldados e marinheiros postavam-se em frente aos edifícios oficiais, não de forma ameaçadora, mas despreocupada e descontraída, com cravos vermelhos nas lapelas ou nos canos das armas, agora transformadas de instrumentos de morte em vasos de flores. Eram



John filma oficiais portugueses que lideraram a Revolução dos Cravos, 1974.

continuamente abraçados por populares, que os enchiam de flores e beijos, bebidas e comida. Nunca tinha visto um exército tão em sintonia com o povo. Um jovem recruta disse-nos: “Sim, agora temos uma unidade entre o povo e as forças armadas e temos de garantir que ninguém a destrói”.

Todas as esquinas, escritórios e fábricas se converteram numa espécie de colmeia da campanha revolucionária. Prisioneiras e prisioneiros políticos, alguns dos quais tinham estado a definhar durante anos nas famigeradas prisões do ditador Marcelo Caetano, foram entregues aos braços das suas famílias, as quais transbordavam de alegria; os quartéis-generais da polícia secreta, as estações de rádio e os gabinetes governamentais estavam agora nas mãos de soldados rebeldes; foram restabelecidos sindicatos, criadas associações de habitação e comités de residentes locais e partidos políticos começaram a surgir do nada. Senti instintivamente as similitudes com a Revolução Bolchevique de 1917, tal como descrita por John Reed em “Dez dias que abalaram o mundo”. Havia um sentimento palpável de unidade e fraternidade, de dignidade nacional reconquistada, toda a gente a celebrar em conjunto.

Essa revolução não foi apenas motivo de grande celebração em Portugal, mas talvez ainda mais entre os e as habitantes de suas colónias, que, após anos de luta brutal e implacável, em breve se veriam livres. É preciso recordar, também, que foi em grande parte devido ao sucesso crescente dos movimentos de libertação nacional em tais colónias que a Revolução dos Cravos portuguesa pôde ser levada a cabo.

Entre 1961 e 1974, Portugal travou uma “guerra de desgaste” com suas colónias africanas. Com exceção da França, era o único país europeu que ainda mantinha colónias ultramarinas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, em África, bem como Goa, na Índia, e Macau, na China.

Ainda sob o jugo de uma ditadura fascista, Portugal estava determinado a manter seu domínio colonial, mesmo que isso significasse uma grande perda de recursos. Em seu auge, as guerras consumiam cerca de 40% do orçamento português. Eram dispendiosas também em termos de vidas

perdidas. Jovens eram recrutados para o exército de forma compulsória, com missões obrigatórias de dois anos em África. Para além de muitos soldados comuns, um número considerável de jovens oficiais estava também a perder a vida no âmbito do que era amplamente considerado como guerras invencíveis, o que, no país, estava a criar uma maior resistência a esse tipo de conflito. O descontentamento no seio do exército estava a disseminar-se e viria a desencadear o derrube de um regime intransigente e rígido na metrópole.



Camponeses em Beja exigem reforma agrária, 1974 (Foto: John Green).

As lutas de libertação em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau tornavam-se cada vez mais efectivas e sangravam Portugal economicamente, causando-lhe verdadeiras preocupações. As forças armadas da FRELIMO, em Moçambique, do MPLA, em Angola, e do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), eram todas dirigidas por líderes muito hábeis. Estas frentes de guerrilha eram apoiadas com armas e treino pelos Estados socialistas, nomeadamente a União Soviética e a RDA.

Em fevereiro de 1974, o ditador Caetano decidiu exonerar o General Spínola do comando das forças portuguesas na Guiné-Bissau, devido à crescente insatisfação dele com a política colonial portuguesa e com a estratégia militar do regime. Este facto inspirou outros militares a criarem o clandestino Movimento das Forças Armadas (MFA), com o objetivo de libertar Portugal do regime fascista do Estado Novo e introduzir as reformas necessárias.

Ainda no ano anterior à Revolução dos Cravos, eu estivera a filmar uma reportagem em Moçambique e testemunhei em primeira mão a



O primeiro escritório do Partido Comunista Português foi aberto na cidade do Barreiro, 1974 (Foto: John Green).

desmoralização das forças portuguesas, já reduzidas a pequenas bases e com pouco controlo sobre as zonas rurais circundantes. Também pude constatar que o armamento que os portugueses utilizavam continha a identificação de que era proveniente da OTAN, um facto não revelado na altura.

Poucos dias depois do 25 de abril, visitámos a antiga sede lisboeta da PIDE, a polícia secreta. No gabinete de Silva Pais, o chefe da Segurança, sua agenda ainda estava aberta no dia 25, juntamente com papéis presos por um enorme pénis de gesso, uma garrafa de Johnny Walker pela metade, ao lado de dois copos sujos. Na estante por detrás da sua escrivaninha, encontrava-se uma seleção de livros, incluindo um de Regis Debray sobre Che Guevara, tomos sobre a história da URSS, comunismo em África, uma autobiografia de Batista e vários volumes sobre Cuba, o que reflectia claramente a preocupação dos serviços secretos com as lutas de libertação.

O Partido Comunista era o único que tinha subsistido na prática durante toda a ditadura e era, naquele momento, a força política mais bem organizada do país. Álvaro Cunhal, o líder comunista, regressado do exílio em Moscovo, coloca-se lado a lado com Mário Soares, a liderança socialista, retornado de Paris, juntamente com militares do MFA (Movimento das Forças Armadas). Durante um curto período, a Revolução dos Cravos parecia transformar-se numa revolução socialista.

No entanto, as principais nações ocidentais ficaram horrorizadas com a ideia de Portugal, um dos pilares da OTAN, se tornar socialista – a ditadura de Caetano tinha sido um membro leal da organização, e seu quartel-general no Atlântico Sul era sediado no país.

O Partido Socialista de Mário Soares havia sido formado apenas no ano anterior na Alemanha Ocidental, e era bastante pequeno e insignificante nessa altura, mas, para um grande número de pessoas, representava uma alternativa mais palatável aos comunistas. Soares propôs ao povo o “socialismo com um rosto humano”, mas, quando o seu partido chegou ao poder, só lhe deu mais uma dose do mesmo remédio de austeridade económica



John e seus colegas cobrem o 1º de Maio em Lisboa, 1975 (Foto: John Green).

que tinha sido forçado a engolir durante décadas. Nas primeiras eleições livres e constitucionais de 1975, o Partido Socialista emergiu como o mais forte e começou a dar as cartas.

Houve sabotagem económica por parte dos poderosos países capitalistas e da própria classe dirigente portuguesa. O novo embaixador dos Estados Unidos era Frank Carlucci, nome estadunidense no Congo, quando do assassinato de Lumumba em 1961, e no Brasil, antes do golpe militar e da sangrenta supressão da democracia. Ele fez o seu melhor para garantir que Portugal permanecesse firmemente no campo capitalista.

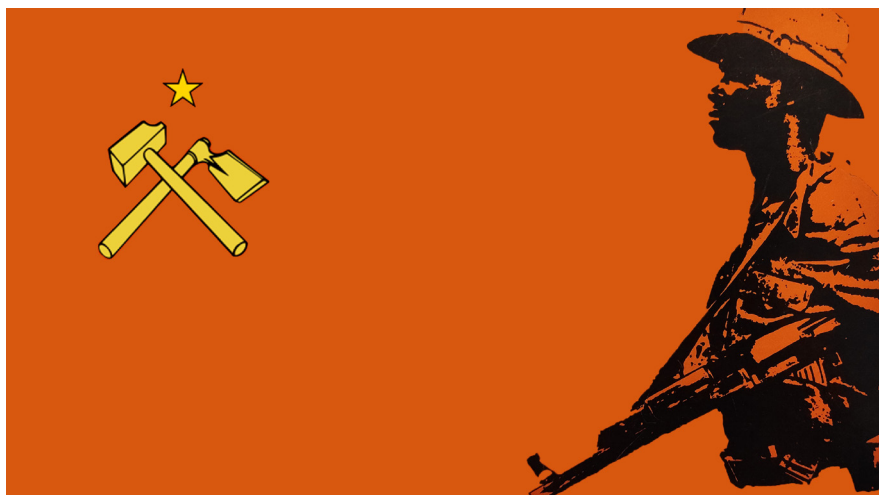
Mário Soares tornou-se o primeiro civil a assumir o cargo de primeiro-ministro, em 1976, e de presidente, em 1986. Governou com satisfação um país ainda firmemente capitalista e com uma situação económica pouco melhor do que no passado, embora gozasse agora de uma democracia burguesa pluralista e estável.

Infelizmente, a libertação formal das colónias africanas de Portugal não significou o fim da opressão. Quando o país admitiu a sua derrota e retirou as suas tropas, seguiu-se a remoção de praticamente todo o seu pessoal administrativo e de apoio das colónias, deixando-as desprovidas de conhecimentos técnicos indispensáveis. Angola e Moçambique, em particular, foram também mais tarde sujeitos a interferências e sabotagens flagrantes por parte das potências imperialistas e seus mandatários locais, a África do Sul e a Rodésia (como era então conhecido o Zimbabué). Estas intervenções custaram caro aos países recém-libertados e, apesar da generosa ajuda constante dos Estados socialistas, os primeiros anos após a independência foram de luta amarga e continuada.

AS ARMAS DA ALEMANHA ORIENTAL NA LUTA CONTRA AS FORÇAS FASCISTAS PORTUGUESAS

Como a RDA apoiou militarmente a guerra de libertação moçambicana

Mascha Neumann, 25 abril de 2024



LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA ERA NUCLEAR

Atualmente, a República Democrática Alemã (RDA) é recordada por muitas forças progressistas de todo o mundo como pioneira no apoio aos movimentos de libertação nacional do século XX. A solidariedade anti-imperialista da Alemanha Oriental abrangeu desde programas de educação, cuidados médicos, desenvolvimento industrial e agrícola, assistência a civis, apoio económico, até a impressão de material de mobilização, formação e equipamento bélico. Em retrospectiva, este apoio militar parece ser uma extensão lógica da solidariedade internacional. No entanto, no início dos anos 60, era bastante controverso na RDA se o fornecimento de armas e munições pelo país socialista a organizações como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era apropriado.

Em princípio, o emprego de armamentos no enfrentamento ao domínio colonial seria considerado legítima no campo socialista. No entanto, o ex-diplomata Helmut Matthes¹ descreve a relação da Alemanha Oriental com a luta armada como ambivalente. Desde o início, “os meios políticos e diplomáticos foram tidos como decisivos”². Na era nuclear, sobretudo após a chamada crise dos mísseis de Cuba, em 1962, os países aliados da União Soviética receavam que a confrontação com os Estados imperialistas pudesse conduzir a uma destruição mútua. Nesse contexto, o conceito de **coexistência pacífica** (“a coexistência e a cooperação pacíficas entre Estados de diferentes ordens sociais na era da transição do capitalismo para o socialismo”) tornou-se um princípio orientador da política externa soviética, enquanto outros Estados socialistas, como a República Popular da China e Cuba, adotaram uma abordagem muito mais ofensiva em relação à questão da luta armada anti-imperialista³.

Um olhar mais atento à evolução da posição da RDA face à luta armada na África Austral revela uma hesitação inicial que pode ser atribuída a várias incertezas: Poderia uma nova crise nuclear poder ocorrer em África depois de Cuba? Será que os esforços legais e diplomáticos haviam sido efetivamente esgotados? Deveriam as armas da Alemanha Oriental ser exportadas para os conflitos no estrangeiro, mesmo que pudessem ser confrontadas por armas da Alemanha Ocidental? Seria possível garantir que os armamentos fossem parar nas mãos certas? Poderia a indústria da RDA acompanhar a demanda das forças de libertação da Ásia Oriental e de África? Face à intensificação das hostilidades na África Austral em meados da década de 1960 e à escalada da rutura sino-soviética, a direção política de Berlim decidiu, no início de 1967, empenhar-se no apoio militar aos movimentos de libertação naquele continente. Assim, a RDA passou a investir milhões de marcos em ajuda militar e em programas de formação de combatentes dos movimentos de libertação nacional e das antigas colónias⁴. Contrariamente à narrativa veiculada pela imprensa da República Federal da Alemanha (que definia esse apoio pejorativamente como “**Exército Africano de Honecker**”), a decisão de fornecer “bens não civis” apenas foi tomada após uma análise minuciosa.



Combatentes da FRELIMO durante o treino militar.

O CAMPO SOCIALISTA E O COMBATE AO REGIME COLONIAL PORTUGUÊS

A relutância inicial da RDA em relação aos planos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que pretendia seguir o exemplo dos movimentos de emancipação de Angola (1961) e da Guiné-Bissau (1963, na altura ainda “Província Ultramarina Portuguesa de Guiné”) e empreender a luta armada contra a metrópole, ilustra a ambivalência referida por Matthes. Após uma visita de dois representantes da FRELIMO à Alemanha Oriental em 1963, o relatório subsequente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MfAA, por sua sigla em alemão) afirmava que a frente de libertação não via naquele momento outra forma de alcançar a independência de Moçambique. Embora esta afirmação tenha sido recebida com algum nível de compreensão, foi, ao mesmo tempo, criticada:

“A FRELIMO dedica muito pouca atenção às formas de utilização simultânea das possibilidades legais de ação para criar uma frente nacional ainda mais ampla contra o colonialismo português (por exemplo, tentativas de estabelecer uma oposição legal, comunicação com outros partidos e com os chamados ‘assimilados’⁵ na administração, participação com candidaturas individuais nas eleições etc.)⁶. “

Suspeitava-se de uma “influência chinesa” por detrás desta “orientação unilateral para a luta armada” – sobretudo devido à recente visita de um dos representantes da FRELIMO (Marcelino dos Santos, que mais tarde se tornou vice-presidente da Frente) à República Popular da China, onde teria sido recebido pessoalmente por Mao. A citação também sugere que a decisão de aderir à luta armada foi considerada prematura, e que assegurar primeiramente o apoio de outros interlocutores moçambicanos haveria sido reputado mais promissor⁷.

O facto de a União Soviética haver finalmente decidido apoiar militarmente a FRELIMO em 1964, apesar de suas próprias reservas (inicialmente oferecendo-se para treinar 40 combatentes na URSS), teria sido visto pelo então presidente da Frente, Eduardo Mondlane, como uma tentativa de dissuadir a China de interferir demasiado em Moçambique⁸. A decisão soviética tampouco fora insignificante para seus aliados. Quando a FRELIMO intensificou seus esforços para obter apoio militar dos Estados socialistas, após o início das hostilidades, em setembro de 1964, foi bastante bem sucedida: Bulgária e Tchecoslováquia, entre outros, concordaram em fornecer armas na primavera e no verão de 1965⁹. A FRELIMO não era a única – o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União do Povo Africano do Zimbabué (ZAPU), da então Rodésia¹⁰, fronteira moçambicana, também formularam repetidas demandas pelo fornecimento de armamentos à RDA desde 1965, o mais tardar¹¹. No entanto, a Alemanha Oriental ainda não estava em condições de aceitar essa política naquela altura.

O APOIO MILITAR E POLÍTICO DA ALEMANHA OCIDENTAL AO PORTUGAL FASCISTA

No caso da RDA, a questão do fornecimento de armas, especialmente às colónias portuguesas, era, no entanto, muito mais sensível do que para os demais países socialistas; afinal, armamentos de ambos os Estados alemães estariam envolvidos no confronto direto. No início da década de 1960, os governantes portugueses pediram ajuda aos seus aliados da



No início da sua luta armada, os e as combatentes da FRELIMO estavam frequentemente equipados apenas com armamentos capturados. Aqui com a espingarda G3, uma carabina de tiro rápido do fabricante alemão de armas Heckler & Koch.

NATO. O governo do ditador Salazar afirmava estar a ser ameaçado por uma insurreição comunista apoiada pela União Soviética nas suas chamadas “províncias ultramarinas”¹². Em consequência, vários Estados apoiaram o Portugal fascista com empréstimos, aviões de combate, navios de guerra, munições e desfolhantes químicos, entre outras coisas¹³. Até então, os EUA eram o maior patrocinador financeiro e bélico de Portugal, em parte para assegurar as suas bases militares estrategicamente importantes nos Açores e em Cabo Verde.

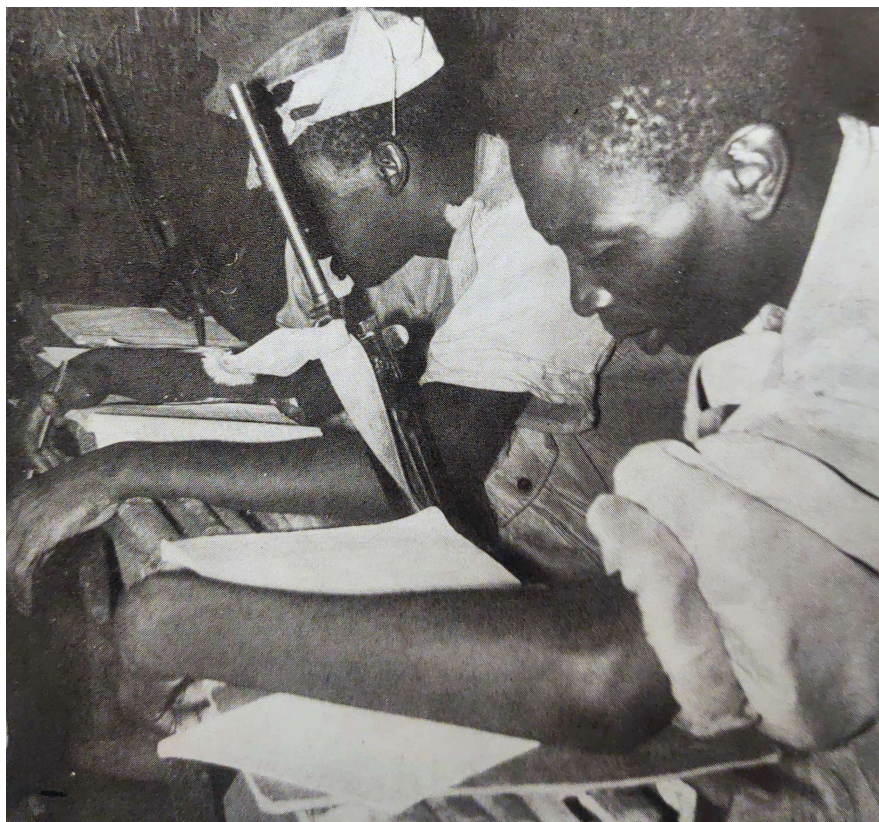
Embora os créditos concedidos se destinassem a ser utilizados em Portugal, permitiam que fundos noutros locais pudessem ser utilizados na administração das colónias e, em última análise, também nas guerras em curso nesses territórios¹⁴. Na sequência da adoção, em dezembro de 1960¹⁵ e por iniciativa da União Soviética¹⁶, da “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais” pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e diante do agravamento da situação nas colónias portuguesas, os EUA, sob a presidência de John F. Kennedy, restringiram significativamente o suprimento de armamentos a Portugal. A República Federal da Alemanha (RFA), que, não sendo membro, não tinha de se justificar perante a ONU, viria a substituir os Estados Unidos como principal fornecedor de aparato bélico¹⁷.

A RFA contribuiu de forma significativa para as guerras coloniais portuguesas nos planos militar, económico e político¹⁸. Nos anos 60, grandes quantidades de material excedente de suas Forças Armadas (*Bundeswehr*) foram enviadas a Portugal, nomeadamente armas e aviões de guerra. Além disso, os militares portugueses foram abastecidos com novos produtos da indústria bélica da Alemanha Ocidental até à década de 1970, incluindo navios de guerra e veículos todo-o-terreno, que também se empregaram nas colónias¹⁹. Em 1965, com a negociação da chamada “cláusula de utilização final” (*Endverbleibsklausel*), que excluía a transferência e, consequentemente, o uso de tais aparatos na Guerra Colonial. No entanto, sabia-se que Portugal seguia lançando mão das armas e de outros materiais e equipamentos bélicos fornecidos pela RFA em seus domínios²⁰. A repressão portuguesa contra o movimento de libertação em Moçambique

tornou-se cada vez mais brutal, culminando no Massacre de Wiriyamu, em 1973, no qual 400 aldeãos e aldeões foram mortos a tiro pelo exército e pelos serviços de segurança portugueses²¹.

O PONTO DE VIRAGEM PARA A RDA E O INÍCIO DA “ENTREGA DE BENS NÃO CIVIS”

Outro indício de que havia um grande receio de uma escalada dos conflitos foi a tramitação de um projeto de proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA, Otto Winzer, da primavera de 1965, que defendia uma decisão definitiva de apoiar as lutas de libertação com equipamento bélico. Em sua fundamentação, referia-se explicitamente aos pedidos



Superar o analfabetismo era um dos objectivos mais importantes da FRELIMO. Na foto, combatentes aproveitam uma pausa para aprender a ler e a escrever.

reiterados de vários movimentos de libertação, alguns dos quais o Comité de Solidariedade da RDA já apoiava com bens civis e mesmo paramilitares – incluindo o MPLA angolano e a FRELIMO moçambicana. Este documento foi classificado como tão confidencial que sequer chegou a ser discutido com qualquer outro organismo governamental. Uma vez que acabou por não ser apresentado ao Politburo do Partido Socialista Unitário da Alemanha (SED, por sua sigla em alemão) para aprovação, é razoável supor que pelo menos um dos três ministros a quem o projeto havia sido apresentado inicialmente (ou seja, o Ministro da Defesa Nacional, Heinz Hoffmann, o chefe do Ministério da Segurança do Estado, Erich Mielke, e o Ministro do Interior, Friedrich Dickel), tenha posto um travão à discussão²².

No entanto, a questão não estava afastada. Depois de Erich Honecker se ter pronunciado contra o armamento de tais grupos em novembro de 1966 (na qualidade de Secretário do Comité Central para os Assuntos de Segurança na altura)²³, o Politburo tomou finalmente uma decisão definitiva em 10 de janeiro de 1967, e aprovou a possibilidade de “fornecer bens não civis aos movimentos de libertação nacional em África”²⁴. Segundo Matthes, a base desta mudança de orientação foi a intensificação dos contactos políticos em eventos internacionais durante os anos 60 e as visitas de altos representantes dos movimentos de libertação à RDA²⁵. É evidente que os encontros mais frequentes permitiram uma melhor familiarização com o contexto envolvido, e contribuíram assim para a deliberação. Por exemplo, o Presidente da FRELIMO, Mondlane, havia visitado pessoalmente Berlim Leste pela segunda vez apenas seis semanas antes. Ainda não se sabe se a União Soviética também instou o SED a reconsiderar a sua hesitação anterior e a seguir o exemplo do bloco, uma vez que não existem fontes significativas sobre este assunto²⁶.

O que certamente também se mostrou um elemento favorável à nova deliberação da RDA foi a intensificação da luta de muitos movimentos de libertação na África Austral em meados da década de 1960. Em 1966 (no máximo), as acções militares tinham-se tornado um fator determinante nas insurgências. É também interessante notar que uma delegação militar



Samora Machel com residentes de uma aldeia afetada pelas tropas coloniais portuguesas.

cubana visitou a Alemanha Oriental no final de 1966, cuja influência na decisão a favor do fornecimento de armas não deve ser excluída, embora não possa ser claramente provada. Uma vez que as conversações incidiram sobre temas relacionados à luta de libertação armada e, entre outros, especificamente à questão de saber se a RDA poderia fornecer suprimentos e formação militar, é de se considerar que possa haver tido um peso sobre a deliberação²⁷.

À resolução seguiram-se imediatamente as primeiras entregas concretas. A FRELIMO teve prioridade e recebeu o maior número de armas e munições. A fundamentação do projeto de decisão do MfAA indicava que os movimentos de libertação em questão eram as forças mais importantes, mais bem sucedidas e mais progressistas nas respectivas colônias, e que a ajuda militar estava em conformidade com o princípio da política externa de apoio à emancipação anticolonial²⁸. Desta forma, a RDA não apenas se juntou aos seus aliados socialistas (e à China) na sua posição em relação à luta armada, mas também acompanhou outros países do continente africano que já haviam levado a cabo uma luta de libertação bem-sucedida. A Argélia, por exemplo, independente desde 1962, adquiriu uma vasta experiência de combate na sua guerra de libertação contra a França e, a pedido da direção da FRELIMO, forneceu treino militar e equipamento aos seus primeiros 250 combatentes²⁹.

DIPLOMACIA ATIVA DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO – O EXEMPLO DA FRELIMO

A partir de 1967, as remessas de armas da RDA à FRELIMO passaram a ser efectuadas quase todos os anos³⁰. O seu volume, tal como o apoio global, aumentou significativamente no início da década de 1970. Este facto pode ser explicado em parte pela incerteza que prevalecia anteriormente, desencadeada pelo assassinato de Mondlane em 1969³¹, e pelas subsequentes disputas de poder no seio da Frente de Libertação. O apoio noutros âmbitos manteve-se durante este período difícil e até aumentou em alguns deles³². No entanto, o fornecimento de armamento em grande escala a uma organização em plena reorientação ideológica teria representado um risco. Durante a sua liderança da FRELIMO, Mondlane tinha-se

aproximado cada vez mais dos Estados socialistas e acabou por virar definitivamente as costas ao Ocidente³³. Após sua morte, contudo, não estava claro quem lhe sucederia na Frente, ideologicamente muito heterogênea. Em maio de 1970, o comité central da FRELIMO nomeou finalmente o chefe do exército, Samora Machel, como novo presidente. Isto significava que a ala em torno de Marcelino dos Santos, que há muito era considerado socialista e que posteriormente se tornou vice-presidente, tinha finalmente prevalecido³⁴.



Uma doação de solidariedade do Comité de Solidariedade Afro-Asiático da RDA para a FRELIMO é enviada. Foi oficialmente entregue à FRELIMO no final de 1972.

Na preparação da primeira recepção oficial de uma delegação da FRELIMO por parte do Estado da RDA (e não pelo Comité de Solidariedade, como acontecera anteriormente), que teve lugar em abril de 1972, o Comité Central do SED planeou a entrega de uma grande remessa de armas de infantaria e respetivas munições sem quaisquer pedidos concretos da Frente, a fim de poder responder imediatamente a eventuais solicitações durante a visita³⁵. Esta abordagem bastante incomum deveu-se ao facto de existirem fortes receios de que a Frente de Libertação se aproximasse da China. Uma delegação chefiada por Samora Machel, no seu novo papel de presidente da FRELIMO, tinha visitado a China, a Coreia do Norte e o Vietname no outono de 1971, o que aparentemente foi considerado tão preocupante que o Consulado Geral da RDA na Tanzânia o convidou posteriormente para uma “reunião”. O líder moçambicano disse que estava muito satisfeito com a sua viagem, durante a qual a China tinha sublinhado a sua vontade de prestar um apoio material alargado e de fornecer mais armamentos. Ele elogiou a forma como a delegação tinha sido recebida nos três países asiáticos. Para ele, isso representava claramente um parâmetro para a atitude em relação ao movimento de libertação, a partir do qual estabeleceu comparações com outros Estados socialistas, que se saíram mal. Ele observou que “a União Soviética, enquanto primeiro e mais forte país socialista [...] mostrou aparentemente pouco interesse pelos problemas da FRELIMO”³⁶.

De acordo com o relatório do consulado, Machel também descreveu o apoio da RDA como carente de melhorias. Embora o presidente da FRELIMO mostrasse compreensão pelas dificuldades económicas dos países socialistas, não deixava de os criticar abertamente. Foram formulados vários anseios em relação à RDA, mas as promessas não se concretizaram: de nada serviam as garantias verbais. Era muito mais importante conseguir uma maior ajuda material de todos os países socialistas. Estas palavras assertivas de Samora Machel mostram que a FRELIMO continuava a não querer ser arrastada para o conflito sino-soviético: a ajuda era explicitamente aceite e também esperada por parte de todos os Estados socialistas³⁷. Ao mesmo tempo, o conflito no campo socialista tinha o potencial de ganhar mais apoio em geral, uma vez que as fontes aqui citadas, que

mostram a ligação temporal entre a visita da FRELIMO à China e os preparativos para a extensa entrega de armas acima mencionada, sugerem que havia certamente um incentivo para “cobrir” as promessas de apoio do lado chinês.

Na RDA, esta crítica foi tomada a peito. Durante a visita de Samora Machel, em abril de 1972, foi-lhe explicado que as opções do país socialista eram muito limitadas devido às suas obrigações para com o Vietname. Neste contexto, fez-se igualmente referência à necessária adaptação às disposições do Tratado de Varsóvia e do Acordo de Potsdam, que apenas permitiam de forma limitada a produção de armas na Alemanha Oriental. No entanto, o governo estava disposto a continuar a apoiar a FRELIMO e a satisfazer suas demandas se estas fossem comunicadas numa fase inicial. A partir de então, foram elaboradas listas regulares de possíveis fornecimentos, em parte para responder a solicitações específicas e em parte para se antecipar a outros pedidos³⁸.

O apoio no sector “não civil” não terminou, mesmo quando a independência de Moçambique se tornou previsível na sequência das negociações com Portugal após a Revolução dos Cravos (1974). Pelo contrário, a RDA estava convencida de que as mudanças políticas em Portugal e a nova conjuntura daí resultante nas colónias portuguesas exigiam mesmo “um apoio acrescido à luta anti-imperialista desses povos”³⁹, o que se reflectiu também num envio suplementar de uma quantidade considerável de material “não civil”, que foi decidida pelo Politburo do SED em outubro de 1974. Durante a segunda visita oficial da delegação da FRELIMO à RDA (dezembro de 1974) e mais tarde, outras remessas extensas (em parte paramilitares) foram solicitadas por Samora Machel e autorizadas em Berlim Leste⁴⁰. É evidente que a posição da Frente em Moçambique tinha de ser reforçada militarmente antes da sua “saída” oficial para a independência, a fim de assegurar o seu poder a longo prazo.

CONCLUSÃO

O fascismo português foi derrotado pela Revolução dos Cravos em abril de 1974. No ano seguinte, as últimas colónias portuguesas em África asseguraram a sua independência. Os movimentos de libertação em

Moçambique, Angola e noutros territórios coloniais desempenharam um papel central na derrocada da ditadura fascista. Através das suas lutas, sobrecarregaram maciçamente as forças armadas portuguesas e as finanças públicas, permitindo, assim, a criação de uma conjuntura revolucionária na metrópole, a qual foi controlada com sucesso por oficiais e organizações políticas progressistas.

Portugal, membro fundador da NATO, recebeu armamentos dos seus aliados (incluindo carabinas e navios de guerra da Alemanha Ocidental), antes e durante a Guerra Colonial. Isto deu ao regime de Salazar – que não estava disposto a ceder pacificamente os seus chamados “territórios ultramarinos” – uma grande vantagem militar inicial sobre quem lutava pela independência nas colónias. Posteriormente, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o MPLA e, por fim, a FRELIMO não tiveram outra saída para a opressão senão declarar guerra armada ao colonizador, apesar da desigualdade de forças. Os Estados socialistas reconheceram este facto e começaram a apoiar as lutas de libertação com armas e treinamento militar em meados da década de 1960. Este não foi um processo simples; na RDA, em particular, houve uma série de considerações que levaram à cautela e à contenção do apoio militar até 1967 (e, em parte, depois). Com o tempo, porém, a confiança política aumentou e, graças ao estreitamento das relações com os movimentos revolucionários, o fornecimento de assistência “não civil” foi assegurado.

Os efeitos da cisão sino-soviética também se fizeram sentir claramente nas colónias portuguesas. Se a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), por exemplo, soube aproveitar a rivalidade para exercer pressão sobre os Estados socialistas e exigir mais apoio de todas as partes, a rutura minou indubitavelmente a unidade da luta anti-imperialista e chegou mesmo a encorajar confrontos sangrentos entre diferentes movimentos de libertação em alguns países, como foi particularmente evidente em Angola.

No que diz respeito à Revolução dos Cravos, não se deve subestimar o facto de as armas e o apoio não militar da RDA às lutas de libertação

em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau não só haverem tido repercussões em África, mas também influenciado acontecimentos significativos na Europa. A solidariedade socialista representou, assim, um contributo importante para o enfraquecimento do colonialismo português e para o derrube do fascismo no país.

NOTAS

- 1 Helmut Matthes foi embaixador da RDA na Tanzânia (1973-76) e em Moçambique (1983-88), além de ter sido professor do Instituto de Relações Internacionais da Academia de Estado e Direito de Potsdam por muitos anos.
- 2 Voß, M. *Die Beziehungen der DDR – VR Mosambik zwischen Erwartungen und Wirklichkeit. Helmut Matthes über Stellung und Praxis der Beziehungen zu Mosambik im Rahmen der Afrikapolitik der DDR*, in: Voß, M. (Org.), **Wir haben Spuren hinterlassen! Die DDR in Mosambik. Erlebnisse, Erfahrungen und Erkenntnisse aus drei Jahrzehnten**. Münster: 2005, pp. 12-33.
- 3 Na RDA dos anos 80, rejeitava-se explicitamente a política de coexistência pacífica para as colónias: “Não é possível aplicar os princípios da coexistência pacífica à luta de classes no seio dos Estados capitalistas, nem à luta anticolonial, ou à luta ideológica de classes, porque estas esferas constituem formas totalmente diferentes de relações sociais. A coexistência pacífica não equivale, portanto, a contentar-se com o status quo social”. **Wörterbuch des wissenschaftlichen Kommunismus**, Berlim: 1982, p. 109.
- 4 Os números exactos para o período são difíceis de determinar, mas apenas entre 1973 a 1983, o Ministério da Defesa gastou cerca de 700 milhões de marcos em assistência militar às ex-colónias e movimentos de libertação. Ver Scheicher, H.G.; Schleicher, I. *Waffen für den Süden Afrikas. Die DDR und der bewaffnete Befreiungskampf*, in: van der Heyden, U.; Schleicher, I.; Schleicher, H.G. **Engagiert für Afrika. Die DDR und Afrika II**. Münster/Hamburgo: 1994, pp. 7-30.
- 5 Os “assimilados” gozavam de definição legal no sistema colonial português. Eram habitantes das colónias provenientes da população local, a quem eram concedidos direitos de cidadania portuguesa com base em determinados requisitos (conhecimento do idioma, estilo de vida ocidental, estatuto de trabalhador assalariado ou proprietário de terras), cujo cumprimento tornava essa categoria suficientemente “civilizada” aos olhos da administração colonial. No entanto, a maioria (mais de 99% na década de 1950) não era reconhecida como cidadã e, assim, tinha

menos direitos e recebia, por exemplo, salários mais baixos para o mesmo serviço. Ver Harris, M. *The Assimilado System in Portuguese Mozambique*, **Africa Special Report**, 3 (1958), pp. 7-10. Disponível: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/assimilado-system-portuguese-mozambique/docview/1304046356/se-2>.

6 Jeschewski (4. AEA), *Information/Aufenthaltsbericht*, 27.01.1964, in: **PA A A M 1-A/17423**, pp. 48-52.

7 Ibid. para ambas as citações.

8 Telepneva, N. *Mediators of Liberation: Eastern-Bloc Officials, Mozambican Diplomacy and the Origins of Soviet Support for Frelimo, 1958-1965*, **Journal of Southern African Studies**, 43 (2017) 1, pp. 67-81.

9 Ibid.

10 Ex-colônia britânica governada por um regime de minoria branca (1965 a 1980), passou a chamar-se Zimbabué a partir de 1980.

11 Storkmann, K. **Geheime Solidarität. Militärbeziehungen und Militärhilfen der DDR in die „Dritte Welt“**. Berlin: 2012, p. 108.

12 Em 1951, Portugal redefiniu suas colônias como “províncias ultramarinas”, por alteração constitucional, convertendo-as em parte integrante do país. Isso levou a que seu governo afirmasse, após a sua adesão à ONU (1955), que não administrava quaisquer territórios dependentes. Ver United Nations, **A Principle in Torment. The United Nations and Portuguese administered territories/Office of Public Information**. Nova Iorque: 1970.

13 Schmidt, E. *Africa*, in: Immerman, R.H.; Goedde, P. (Orgs.), **The Oxford Handbook of the Cold War**. Oxford: 2013, pp. 265-285.

14 Henriksen, T. H.. **Revolution and Counterrevolution. Mozambique’s War of Independence, 1964-1974**. Westport/Londres: 1983, p. 173.

15 Adotou-se a resolução por 89 votos a favor e nenhum contra, com 9 abstenções, incluindo Portugal, África do Sul, Grã-Bretanha, França e EUA. Ver Skupnik, W. *Portugals Kolonialismus und die Bundesrepublik Deutschland (Schluss)*, Vereinte Nationen, **German Review on the United Nations**, 22 (1974) 4, pp. 113-118.

16 Ansprenger, F. et al. (Orgs.), **Wiriyamu. Eine Dokumentation zum Krieg in Mozambique**. Munique: 1974, p. 4.

17 Nuno Rodrigues, L. *The International Dimensions of Portuguese Colonial Crisis*, in: Bandeira Jerónimo, M.; Costa Pinto, A., **The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons**, Londres: 2015, pp. 243-267 e ss.. A Alemanha Ocidental foi ultrapassada neste aspeto, na primeira metade dos anos 70, pela França, na altura ainda

não-membro da NATO, que não impôs restrições aos sítios de uso das armas fornecidas. Ver Henriksen, **Revolução e Contra-Revolução**, p. 175.

18 Além das obras de Schroers, Henriksen, Lopes e Rodrigues sobre, a mais recente publicação em alemão é de Schliehe, N. **Deutsche Hilfe für Portugals Kolonialkrieg in Afrika. Die Bundesrepublik Deutschland und der angolanische Befreiungskrieg 1961-1974**. Munique: 2016.

19 Schroers, T. **Die Außenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik (1949-1976)**, Tese (Universität der Bundeswehr Hamburg), Hamburgo: 1998, p 60 e ss; Lopes, R. **West Germany and the Portuguese Dictatorship, 1968-1974. Between Cold War and Colonialism**, Basingstoke/Nova Iorque: 2014, p. 145 e ss.

20 Idem. p. 72 e ss. Para um conhecido caso de acordo de omissão da cláusula de destino final, ver Lopes, **West Germany and the Portuguese Dictatorship**, p. 147, sobre a transferência de três navios militares para utilizaao nas colonias. Apesar de Bona (capital da RFA) ter atrasado repetidamente seu envio, acabaram por ser entregues ao exército português e empregados na Guerra Colonial (cf. *ibid.*). Ver também o relatório da FRELIMO: *FRELIMO, West Germany involved in the Portuguese Colonial War, Mozambican Revolution No. 1*, Dez. 1963, pp. 3-5. Disponível: <https://jstor.org/stable/al.sff.document.numr196312>.

21 Ansprenger et al. (Orgs.), **Wiryamu**.

22 Storkmann, **Geheime Waffen**, p. 108.

23 *Ibid.*, p. 109.

24 Politburo (ZK der SED). *Arbeitsprotokoll Nr. 1, TOP 14, 10.01.1967*, in: **BArch DY 30/45305**.

25 Vo, *Die Beziehungen der DDR – VR Mosambik*, p. 12.

26 Storkmann chega à mesma conclusão em **Geheime Solidaritat**, p. 109.

27 Schleicher, *Waffen für den Süden Afrikas*, p. 12.

28 Storkmann, **Geheime Solidaritat**, p. 246.

29 Kitchen, H. *Conversation with Eduardo Mondlane*, in: **Africa Report, 01.11.1967**, pp. 31-51.

30 Storkmann, *Fighting the Cold War in southern Africa?*, p. 156.

31 Mondlane foi assassinado com carta-bomba em 03.02.1969, pela polícia secreta portuguesa, PIDE, que atuava nacional e internacionalmente.

32 Especialmente no sector da educaao, incluindo o recrutamento de profissionais.

- 33 Brittain, V. *They had to die: assassination against liberation*, **Race & Class**, 48 (2006) 1, pp. 60-74.
- 34 Roberts, G. *The assassination of Eduardo Mondlane: FRELIMO, Tanzania and the politics of exile in Dar es Salaam*, **Cold War History**, 17 (2017) 1, pp. 1-19.
- 35 Storkmann, **Geheime Solidarität**, p. 248.
- 36 Zenker (GK Daressalam). *Aktennotiz/Gesprächsvermerk, 12.10.1971*, in: **PA AA M 1-C/6071**, p. 1.
- 37 Ibid.
- 38 Storkmann, **Geheime Solidarität**, p. 249.
- 39 Sekretariat (ZK der SED), *Arbeitsprotokoll Nr. 109, 14.10.1974*, in: **BArch DY 30-62668**, p. 73.
- 40 Storkmann, **Geheime Solidarität**, p. 250.

ENTREVISTA: COMO A LUTA ANTI-COLONIAL DA GUINÉ-BISSAU INFLUENCIOU A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS



Mamadu durante nossa entrevista, em fevereiro de 2023.

Nascido em meados da década de 1950, Mamadu (um pseudônimo por solicitação do entrevistado) cresceu na região costeira de Tombali, na Guiné-Bissau, sob a extensa sombra do colonialismo português. Em criança, assistiu aos ataques portugueses à aldeia onde vivia a sua família e à resistência armada do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), uma frente de libertação de inspiração marxista fundada por Amílcar Cabral e camaradas, em 1956. Na década de 1960, Mamadu foi educado por meio do sistema escolar criado pelo PAIGC nas zonas libertadas. Foi aí que teve o primeiro contacto com a República Democrática Alemã (RDA), pois os manuais de matemática utilizados pelo PAIGC tinham sido produzidos em cooperação com a Alemanha Oriental socialista. Aos 16 anos, ele viajou com vários colegas de escola para a RDA, onde estudou mecânica e engenharia agrícola.

Entrevistámos Mamadu em fevereiro de 2023. A seguir, partilhamos excertos da nossa conversa, na qual ele fala da história da Guiné-Bissau, dos efeitos da escravatura e do colonialismo sobre sua sociedade e de como a luta de libertação nacional nas colónias esteve interligada com a Revolução dos Cravos de abril de 1974.

O que levou à subjugação colonial da Guiné-Bissau?

A região que é hoje o Estado da Guiné-Bissau era habitada por suas populações tradicionais há quase 3.000 anos. Mas esta história quase nunca aparece nos manuais escolares.

A partir de 1441, os primeiros exploradores portugueses chegaram à região e iniciaram as suas relações com os povos originários. Desde aproximadamente 1450 em diante, a atual Guiné-Bissau passou a ser um dos primeiros sítios onde os portugueses construíram as suas bases comerciais. No início, Portugal era efetivamente o único dominador de toda a costa ocidental guineense. Os franceses chegaram mais tarde e começaram a competir com ingleses e holandeses pela posse das terras. Após a Conferência de Berlim de 1884/85, França e Portugal assinaram um tratado de divisão do território. Uma grande parte da África Ocidental foi atribuída à França, enquanto Portugal se manteve firmemente instalado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

De 1895 a 1936, registaram-se grandes conflitos armados. A Guiné-Bissau tem 21 povos ou grupos étnicos diferentes – não uso a palavra “tribos” – e os cinco ou seis mais numerosos entre eles puderam resistir. França e Portugal puseram tais grupos uns contra os outros e, assim, conseguiram subjugar tais povos mais facilmente. A partir de 1936, Portugal assumiu o controlo do país e conseguiu estender o seu domínio colonial por toda sua extensão. Desde o início, os portugueses colocaram Cabo Verde e o atual território da Guiné-Bissau sob uma única administração.



Selo de solidariedade da RDA sobre a luta de libertação do PAIGC, 1978.

De que forma esta dominação europeia influenciou o desenvolvimento da Guiné-Bissau?

A escravatura transatlântica introduziu uma dinâmica significativamente nova que perturbou o ritmo “normal” de desenvolvimento da nossa sociedade.

É verdade que os europeus encontraram um sistema de escravatura pré-existente em África. Mas não era de modo algum comparável ao transatlântico. Nos impérios africanos, os cativos de guerra deviam trabalhar para os seus captores. Eram subordinados e colocados em diferentes tarefas, mas não coisificados. Eram comercializados, mas permaneciam no seu território geográfico – circulavam aqui. E este sistema só afectava indivíduos em idade economicamente ativa.

A escravatura transatlântica, por outro lado, levou à sangria de África. A mão de obra foi exportada em massa, o que conduziu a um retrocesso social: os saberes não foram transmitidos, a tecnologia não se desenvolveu, a força de trabalho escasseou de forma generalizada e as estruturas sociais foram desmanteladas. No fim de contas, o desenvolvimento perverso causado pelo comércio europeu de escravos foi tão grande que os efeitos

ainda hoje se fazem sentir. Este facto não é muitas vezes tido em conta nas análises. Não foi apenas o colonialismo direto que nos prejudicou.

Foi um enorme desastre. O choque hegemónico entre a Europa e a África conduziu à dominação e à exploração, em vez da cooperação e da colaboração.



Aluna de uma escola primária em semi-internato do PAIGC, na região de Sárá, estuda com o manual de matemática para o primeiro ano, produzido para a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) pela República Democrática Alemã (RDA), 1974. Fonte: Roel Coutinho, Guinea-Bissau and Senegal Photographs (1973–1974); Tricontinental: Institute for Social Research.

Como surgiu o Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC)?

É precisamente nesse contexto de divisão e opressão colonial que surge o PAIGC. O engenheiro agrónomo Amílcar Cabral fundou o partido a 19 de setembro de 1956, com mais dois camaradas. Curiosamente, os pais de

Cabral eram professores de origem cabo-verdiana. Haviam sido enviados também como docentes para a Guiné-Bissau, nem sequer para a capital, mas para o interior do país, onde Cabral nasceu a 12 de setembro de 1924. Um aspeto digno de nota no partido está no facto de, desde o princípio, ter feito campanha pela – como é chamada – “independência africana da Guiné-Bissau e Cabo Verde”. O pan-africanismo foi incorporado desde o início, mas não como um movimento abstrato, sem território. Havia uma referência concreta à Guiné-Bissau e a Cabo Verde como as regiões onde essa luta deveria ser travada. Eu também sou um produto de tal processo.

Qual é a vossa trajetória pessoal? Como é que chegou à RDA?

Sou do sul da Guiné-Bissau, de uma aldeia relativamente grande para os padrões guineenses. Nasci em 1955, e tive o primeiro contacto com soldados portugueses em 1962. Eles tinham-nos cercado e havia muita agitação. Para nós, crianças, era um dia feliz, corríamos curiosos para junto dos carros e dos soldados. Mas era, de fato, perverso. Houve muitas prisões na aldeia vizinha; um tio meu também foi preso e levado para o campo de concentração de Tite, perto de Bissau, como vim a saber mais tarde.

Este primeiro contacto com os soldados teve um grande impacto na minha vida. A nossa aldeia estava no meio do fogo cruzado: por um lado, havia um quartel português a apenas dois quilómetros de nós; por outro, os combatentes do PAIGC estavam acampados a cerca de quatro quilómetros em sentido contrário e controlavam nossa aldeia em grande parte. As patrulhas portuguesas não paravam de chegar e houve verdadeiras batalhas nos arredores. Depois, tivemos de evacuar.

Em 1969, entrei no sistema escolar criado pelo PAIGC nas zonas libertadas. Os melhores alunos eram seleccionados e enviados para um colégio interno. Primeiro, para um internato nas zonas libertadas, e depois para Conacri, a capital da Guiné. Esta instituição funcionava como um projeto-piloto onde o PAIGC experimentava novos conceitos didáticos e pedagógicos. Foi aí que tive o primeiro contacto com a Alemanha Oriental, porque a RDA foi o país que produziu o material escolar para as aulas de matemática do PAIGC nas zonas libertadas. A entrega dos primeiros



Combatentes militantes do PAIGC usam seu tempo de descanso para aprender a ler e escrever. Fonte: Roel Coutinho, Guinea-Bissau and Senegal Photographs (1973–1974); Tricontinental: Institute for Social Research.

materiais didáticos teve lugar na embaixada da RDA em Conacri. Um grupo de pioneiros foi selecionado para o receber oficialmente. Eu fazia parte dele e tive o privilégio de discursar na ocasião – nunca tinha imaginado que isso era possível!

Na altura, tinha 14 anos, e fiquei neste colégio interno durante dois anos e meio. Havia uma grande oferta de bolsas de estudo dos países socialistas e consegui uma vaga de formação na RDA. Assim, viajei para a Alemanha de Leste quando tinha 16 anos. Lá, fiz uma formação para me tornar mecânico de tractores e de agricultura.

Os países socialistas – a RDA, a Checoslováquia, a União Soviética, Cuba, entre outros – apoiaram diretamente a nossa luta de libertação. Sabíamos que estes Estados eram os nossos verdadeiros amigos. O fim do campo socialista quase me esmagou nessa altura. Fiquei devastado; realmente transtornado! Porque sabíamos que, sem a ajuda do campo socialista

na luta anti-imperialista, ainda hoje existiria apartheid na África do Sul! Ainda haveria colonialismo português na Guiné-Bissau, com o apoio total da República Federal da Alemanha [Alemanha Ocidental] e de outros. Não há dúvida.

Na altura em que foi declarada a independência da Guiné-Bissau, estava na RDA. Como o senhor e demais estudantes se mantiveram em contacto com o PAIGC?

Sempre estivemos em contacto permanente com a Guiné-Bissau quando estávamos na Alemanha Oriental. Nessa altura, o nosso partido fundou uma organização de jovens e estudantes. Fazíamos reuniões mensais, nas quais nos planejavamos e desenvolvíamos as nossas actividades, bem como pagávamos as nossas contribuições.

Em novembro de 1972, Amílcar Cabral fez uma visita oficial à RDA. Sentou-se com o nosso grupo de estudantes durante um dia inteiro e conversou muito connosco. Ele preparou-nos também para a iminente declaração de independência da Guiné-Bissau. Isso foi em novembro e ele foi assassinado em janeiro. Foi um choque total para todos nós. Nessa altura, todos os estudantes enviaram uma declaração conjunta ao partido dizendo que queríamos voltar para a frente da luta de libertação. Contudo, disseram-nos então que a nossa missão era estudar, para voltarmos para casa com um certificado de conclusão – foi um tremendo choque.

Mas tínhamos na cabeça: 1973. Cabral também o havia anunciado no seu comunicado de Ano Novo: em 1973 declararemos a nossa independência. E assim, 1973 foi o ano mais excitante da nossa história – vai dar certo ou não? Em vez de recebermos notícias ainda piores, como a de que os portugueses estavam agora em avanço, a partir de março passámos a ser informados de que algumas guarnições estavam a ser invadidas por combatentes do PAIGC, que os aviões voltavam a ser abatidos, e assim por diante. E finalmente, em 1973, houve a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau. Estávamos a festejar na RDA. O Comité de Solidariedade Afro-Asiático convidou-nos a organizar manifestações conjuntas. Convidámos estudantes de outros países – foi uma experiência.

E isso foi também pouco depois do X Festival Mundial da Juventude em Berlim. 73 foi o ano mais louco! Celebrámos o fim do décimo Festival Mundial em Berlim e o Inti-Ilhimani, o *Oktoberklub* e toda a gente cantou ao fim do dia. E eu estava lá!

Após a declaração de independência da Guiné-Bissau, os acontecimentos prosseguem na arena internacional. Nessa altura, os militares portugueses seguiam apenas na defensiva. Mas agora a coisa estava a ficar emocionante: a comunidade internacional iria ou não reconhecer a nossa declaração de independência? Em dezembro desse ano, tínhamos a maioria absoluta dos países da ONU a apoiar-nos. Sabíamos, portanto, que Portugal estava derrotado a nível internacional. Militarmente, politicamente e diplomaticamente. Quando chegou a notícia de que tinha havido um golpe de Estado em Portugal, soubemos: estava feito. Esta é a nossa vitória. Também celebrámos o golpe como a nossa vitória.

Quando terminei a escola profissional em 1974, era suposto regressar, mas devido aos meus bons resultados, fui proposto para a escola de engenharia. O partido aprovou, e assim fiquei na RDA até 1977.

Qual a relação entre a luta de libertação nas colónias portuguesas e a Revolução dos Cravos?

Dizia-se que era a primeira vez na história moderna que a pressão exercida pelo Sul conseguia provocar o derrube de um regime no Norte. Para nós era evidente: a fundação do PAIGC em 1956 e o início da luta armada de libertação em 1963 contribuiriam definitivamente para o derrube do regime fascista em Portugal.

Soube mais tarde que os partidos socialista e comunista portugueses estavam a discutir com os movimentos de libertação como uma cooperação conjunta deveria ser organizada. Amílcar Cabral deixou claro que eles deviam agora juntar-se à nossa luta pela independência, em vez de os nossos quadros que estavam a estudar em Portugal se juntarem todos aos

partidos socialistas e comunistas – alguns membros do nosso partido eram também filiados ao Partido Comunista de Portugal. O raciocínio era que se o sistema fascista em Portugal caísse, a queda das colónias portuguesas não seria automática. No entanto, se as colónias portuguesas derrotassem esse sistema colonial, o governo fascista, que já existia há 40 anos, seria automaticamente derrotado.

Em seus escritos, Cabral enfatizava: estamos a lutar contra um único e mesmo inimigo. Devemos estar muito conscientes deste facto. O que o PAIGC está fazendo na Guiné-Bissau é apenas parte da mesma luta que vocês têm travado atualmente – em Portugal, na República Federal da Alemanha e noutros lugares. É vosso dever, enquanto sindicalistas do Norte, apoiar as lutas do Sul. Não se trata de caridade, como se expõe com frequência hoje em dia, mas sim de uma obrigação. Na Guiné-Bissau, muitos de nós morreram devido às bombas de napalm portuguesas, mas cada vez que derrotámos o exército colonial, isso foi também uma vitória para vós, no Norte. Através da nossa luta diária no Sul, apoiamos de facto a vossa luta. Infelizmente, esta compreensão foi perdida nos dias atuais.

EM BREVE – ESTUDO #3: “AGRICULTURA SOCIALISTA NA RDA”

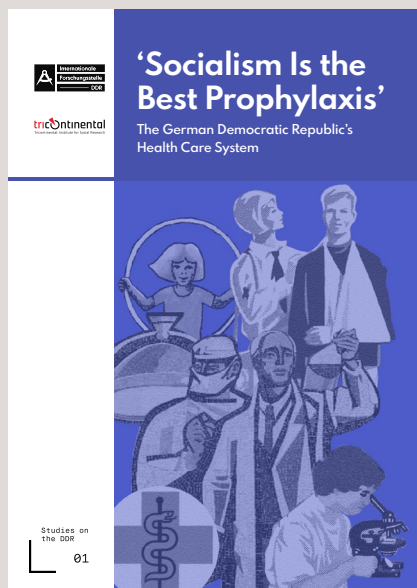
Na segunda metade do século XX, as condições económicas e de vida no campo na República Democrática Alemã (RDA) sofreram rupturas históricas. A ordem semifeudal secular foi finalmente superada após a Segunda Guerra Mundial, por meio de novas formas de trabalho e de vida na terra, baseadas na cooperação e na comunalidade. No final do século, contudo, as relações de concorrência capitalista privada voltaram a impor-se na Alemanha Oriental.



© Stiftung Deutsches Historisches Museum

A reforma agrária, iniciada em 1945, desmantelou o poder político e económico da nobreza fundiária que dominava o campo por séculos. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, as camponesas e camponeses sem-terra e suas famílias foram libertados do sistema de exploração económica e de privação de direitos. As classes historicamente oprimidas passaram a moldar ativamente a vida na terra e nos vilarejos. A partir do início dos anos 50, o campesinato organizou-se gradualmente em cooperativas de produção agrícola, num processo de uma década, repleto de contradições. Estas cooperativas democratizaram os povoados, atenuaram as desigualdades sociais, diminuíram a carga de trabalho da população rural e permitiram a participação ativa em actividades culturais, desportivas e sociais. Os antigos tormentos da fome e da angústia existencial tornaram-se coisas do passado.

Diante da destruição generalizada da natureza, da persistência da fome e da pobreza em massa e do domínio do mercado pelas multinacionais agrícolas, os movimentos progressistas tendem a considerar a pequena produção agrícola como a única solução para estes males. A RDA seguiu um caminho diferente: propôs-se a industrializar a agricultura, ao mesmo tempo em que evitava as consequências negativas da produção em grande escala. Nos dias de hoje, nos quais a participação camponesa na luta por um mundo melhor é objeto de um debate urgente, as experiências da Alemanha Oriental socialista oferecem uma enorme gama de conhecimentos práticos e teóricos sobre a possibilidade de criar uma alternativa à via capitalista de desenvolvimento da agricultura.





ZETKIN FORUM FOR SOCIAL RESEARCH

plataforma europeia que incentiva o intercâmbio internacional orientado pelos princípios do internacionalismo, antifascismo, progresso social e investigação científica.

www.zetkin.forum



INTERNATIONALE FORSCHUNGSSTELLE DDR (IF DDR)

pesquisa a história da República Democrática Alemã e sua relevância perene para os fenómenos internacionais contemporâneos.

www.ifddr.org